
O papel da guerra na legitimação simbólica de D. João I, o Messias de Lisboa (1383/1385-1433)¹

*Adriana Maria de Souza Zierer**

Resumo: Este artigo trata da legitimação política de D. João I através das guerras contra Castela. Para justificar a ascensão do bastardo D. João, que chegou ao poder através da assim chamada Revolução de Avis (1383-1385), o cronista Fernão Lopes utilizou a expectativa messiânica sobre um novo período de felicidade que precederia o Juízo Final. No contexto do Cisma do Ocidente, com dois papas na Cristandade, D. João é apresentado como o *Messias de Lisboa* que vem salvar Portugal do domínio do Anticristo, representado por D. João de Castela, apoiante do papa de Avignon. Uma vez que D. João de Avis representa os interesses do “povo” e com o apoio de Nuno Álvares Pereira tem o merecimento das vitórias através dos milagres divinos que confirmam a sua eleição como rei de Portugal e legitimam a nova dinastia no poder.

Palavras-chave: Guerra, legitimação simbólica, D. João I de Portugal.

Abstract: This paper deals with the political legitimation of John I through the wars against Castile. To justify the ascension of the bastard John, who reached power by the so called Avis' Revolution (1383-1385) the chronicist Fernão Lopes utilized the messianic expectation of a new period of happiness before the Final Judgement. In the “Great Schism” context, with two popes in Christianity, John of Portugal is presented as the “Messiah of Lisbon” who comes to save Portugal from the power of the Antichrist, represented by John of Castile, who supports the Avignon's pope. Since John of Avis represents the interests of the “people” and with the support of Nuno Álvares Pereira deserves the victories through the divine miracles which confirm his election as king of Portugal and legitimate the new dynasty in power.

Key words: War, symbolic legitimation, John I of Portugal.

¹ Professora no Departamento de História e Geografia da Uema.



Figura 1: Batalha de Aljubarrota segundo iluminura da *Chronique de France et d'Angleterre*, de Jean Wavrin (Museu Britânico). Século XV.

Fonte: Serrão (1977).

Introdução

O sucesso militar tem sido utilizado para justificar monarquias e outras formas de governo ao longo dos tempos. Dessa forma, partindo da importância das vitórias contra Castela no governo de D. João I, o objetivo deste artigo é analisar o papel dos conflitos bélicos na afirmação política desse bastardo, que se tornou rei pela chamada Revolução de Avis (1383-1385), sendo conhecido mais tarde como o rei da “Boa Memória”.

As guerras contra o vizinho reino ibérico marcaram o governo de seu predecessor, D. Fernando (1367-1383), último soberano da Dinastia de Borgonha. No entanto, dos três embates armados contra Castela, não venceu nenhum, o que lhe valeu uma crítica velada de Fernão Lopes, cronista encarregado pela Dinastia de Avis de escrever as histórias dos reis de Portugal, que o acusou de ter gastado mal os recursos amealhados no governo de seu pai, D. Pedro I (1357-1367) utilizando-os “*sem necessidade per vaãs guerras e sem proveito*”,² além de ter criado novos impostos para promovê-las.

Como consequência desse insucesso, houve durante o seu governo revoltas populares (as uniões) em algumas cidades portuguesas, como Abrantes, Leiria, entre outras, nos anos de 1372 a 1375, decorrentes da

falta de trabalho, carestia, peste e fome. Esses elementos ocorreram em outros países europeus no contexto dos séculos XIV e XV, mas as revoltas em Portugal uniram o sentimento de derrota a outros aspectos negativos do período, que, no entanto, não causaram maiores modificações políticas no reino.

Além disso, por não ter vencido as guerras, D. Fernando foi visto na posteridade como “fraco”, sendo descrito como um homem que se deixou levar pelas “paixões” uma vez que se casou com uma dama já anteriormente casada, a castelhana D. Leonor Teles, fato que teria desagradado a população. Segundo Fernão Lopes, em crônica sobre esse rei, os mais sábios haviam reprovado tal atitude, diretamente associada com a perda nas guerras, e o monarca no fim da vida teria se arrependido de seus “pecados”, o que uniria a concepção de mau casamento/insucesso militar.³

O casal teve somente uma filha, D. Beatriz, e em 1383 o monarca faleceu sem deixar herdeiros masculinos. Começou então uma disputa pelo poder. De um lado, a regente, a viúva D. Leonor com apoio do Conde de Andeiro e, de outro, a filha do rei, D. Beatriz, que após os conflitos entre os dois reinos, e no tratado de paz que se seguiu (Tratado de Salvaterra dos Magos) casou-se com o rei ibérico D. João de Castela. Pelo tratado assinado entre Castela e Portugal, o herdeiro do casal assumiria o trono desse país aos 14 anos, mas antes disso a regência seria confiada à viúva.

D. João, o Mestre de Avis, se colocou entre esses dois grupos e lutou pelo poder, tornando-se inicialmente regedor de Portugal (dezembro de 1383) e depois rei, com o apoio da nobreza secundogênita, elementos dos grupos urbanos (mercadores e membros dos *concelhos*) e a população pobre das cidades.

Para a afirmação de D. João como regedor e sua posterior aceitação como rei, foram fundamentais as suas vitórias nos conflitos bélicos, como a Batalha de Atoleiros, a retirada do cerco de Lisboa pelas tropas castelhanas, ambos em 1384, e posteriormente a batalha de Aljubarrota (1385).

É importante perceber que na eleição régia de D. João havia a concorrência de um outro candidato, que não se encontrava no reino, mas os votantes foram coagidos a votar no Mestre de Avis pelo seu comandante militar Nuno Álvares Pereira, o qual, juntamente com seus homens, assumiu, segundo o historiador Oliveira Marques, uma “atitude ameaçadora”.⁴

Apesar das vitórias, é importante lembrar que D. João era bastardo, filho do rei D. Pedro e irmão do falecido D. Fernando, o que lhe impediria, segundo o pensamento da época, de se tornar rei. Portanto, as batalhas foram utilizadas de maneira simbólica pelo cronista Fernão Lopes para legitimar e justificar esse monarca. O que garantiria a legitimidade do seu governo, segundo o cronista, não seria apenas uma convenção dos homens, mas um desejo divino.

Assim, Fernão Lopes na *Crónica de D. João I* constrói a imagem do “Messias de Lisboa”, isto é, o soberano escolhido por Deus para governar e “salvar” o reino português do domínio castelhano, que foi associado pelo cronista a uma idéia de luta do bem contra o mal, conforme veremos adiante. Os elementos que pareciam confirmar definitivamente esse argumento foram os resultados excepcionais das batalhas, apesar do efetivo menor do exército português.

Vejam, a seguir, quem foi Fernão Lopes, um dos idealizadores da legitimação simbólica da nova dinastia e como ele construiu essa imagem através dos sucessos militares de D. João e do pensamento religioso da época, apropriado pelo cronista em prol da afirmação política da Dinastia de Avis.

Fernão Lopes e o papel da memória na legitimação da Dinastia de Avis

É importante observar que D. João ficou conhecido com o epíteto de o “Rei da Boa Memória”, o que denota a preocupação em fixar uma memória positiva que justificasse a ascensão da Dinastia de Avis ao poder.

Sabemos do papel da memória ao longo da História contribuindo na legitimação política dos governantes. Nos povos de cultura predominantemente oral, já havia especialistas na arte de guardar a memória, daí o papel dos bardos, sacerdotes e genealogistas para manter a coesão do grupo, utilizando a imaginação e adaptação para recontar a história de uma comunidade.

Entre os gregos a memória era representada pela deusa Mnemósine, mãe das nove musas e aquela que lembrava aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, revelando aos poetas os segredos do passado e os mistérios do Além. O Mnémon (aquele que faz recordar) era o encarregado de dizer oralmente os resultados da justiça.

A utilização da escrita desde a Antiguidade serviu aos interesses dos detentores do poder, os quais buscaram aprisionar a memória coletiva e adequá-la aos seus interesses. Através dela era possível guardar os acontecimentos considerados importantes e ordenar conceitos e nomes. Daí a existência de funcionários régios especificamente designados para registrar a memória oficial e divulgá-la através de listas genealógicas, placas comemorativas e monumentos.

O historiador Jacques Le Goff ressalta o papel do documento escrito como um monumento que é utilizado em benefício dos dirigentes. Por isso, para o autor, “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.⁵

Nesse sentido, fica claro que foi graças à propaganda empreendida principalmente através do discurso da corte, do qual a crônica é um dos elementos, que D. João I atingiu uma aura de salvador, como pretendia o seu relato. Ao que parece, a propaganda das suas ações já era feita quando estava vivo, pois, segundo Armindo de Sousa, documentos da Corte de poucos anos após a morte do monarca o intitulavam como “Pai dos Portugueses”, o que parece confirmar tal hipótese.⁶

Portanto, supõe-se que a propaganda sobre os feitos do rei, enfatizando suas virtudes bélicas já estava sendo construída antes de sua morte, embora a sua crônica tenha sido redigida somente após a morte de D. João I (1433), entre os anos de 1440 e 1448, após o governo de seu filho D. Duarte (1434-1437) e durante a regência do infante D. Pedro.

Após a confecção do documento, é possível que a propaganda tenha se consolidado, e que a crônica fosse lida nos espaços públicos, como sugere Accorsi Júnior,⁷ de forma a transmitir os feitos engrandecedores do rei à população. Tal atitude contribuiu para a fixação de uma mensagem positiva dos feitos de D. João I, reforçando assim a “boa memória” do seu reinado e justificando à posteridade a ascensão da Dinastia de Avis ao poder.

É importante salientar, portanto, que a produção de Fernão Lopes, por se inserir na chamada “história encomendada”, tem um posicionamento político. Assim, seu relato procurou denegrir alguns e beneficiar outros através de um discurso partidário e pró-avisino.⁸

Por diversos motivos, Fernão Lopes ocupa um papel de destaque na literatura portuguesa, em primeiro lugar, por ter adotado um modelo de trabalho diverso dos outros cronistas de seu tempo. Antes dele, os

cronistas visavam a fazer um elogio daquele que encomendava o documento, mas, a partir de sua produção, outros elementos entraram em cena. Preocupou-se em aferir a veracidade das fontes, e seu relato dos fatos é vivo, movimentado. João Gouveia Monteiro chamou essa abordagem do cronista de linguagem “fílmica”, através da qual o cronista, munido da câmara da época, isto é, a sua pena, realizava a composição e sucessão de grandes cenários onde se desenvolviam os fatos.⁹

Fernão Lopes foi influenciado por diversos tipos de narrativa: hagiografias, sermões, romances de cavalaria. Sua narrativa liga-se à oralidade, escreve como que voltado a uma platéia. Há, inclusive, várias passagens em que conversa com o leitor/ouvinte do seu relato, afirmando que não se estenderia muito sobre determinado assunto para não cansá-lo.

Outro elemento importante foi a preocupação do cronista em mostrar a participação de outros segmentos sociais que não apenas os “grandes”. Assim a narrativa dá grande atenção aos “miúdos”, o que permite uma maior compreensão da sociedade do seu tempo.

Ele próprio teve uma origem modesta, sendo proveniente talvez de uma família de mestrais ou de camponeses que viviam nos arredores de Lisboa. Casou-se também com uma senhora de origem simples, e uma sobrinha sua era casada com um sapateiro.¹⁰ Daí provavelmente provém a sua simpatia pelos “miúdos”, os quais demonstraram o “amor pela terra” na *Crónica de D. João I*, uma importante justificativa para que o Mestre de Avis alcançasse o poder político.

Fernão Lopes, que era um funcionário do governo e comprometido com os interesses da nova dinastia, procurou justificá-la com base em três planos: o ético-político, o jurídico e o providencial.¹¹ O elemento preponderante para que D. João chegasse ao trono seria o seu carisma do poder, as suas qualidades de chefe, reconhecidas por Deus através dos elementos providenciais (isto é, os milagres relacionados a ele) que são apontados na narrativa do cronista, assegurando e justificando assim a escolha do Mestre de Avis como rei de Portugal pela Divindade.

Segundo Rebelo, o “carisma do poder”, desenvolvido por pensadores medievais como João de Salisbury, servia bem aos interesses da Dinastia de Avis. Através desse carisma, elementos de condição humilde, como era o caso do Mestre, um bastardo, poderiam atingir o poder desde que isso fosse da vontade do povo (carisma do poder) e pela vontade divina (representado por sinais e milagres divinos). A autoridade carismática atenuaria assim a falta do carisma do sangue, representada pela bastardia.

D. João, por sua própria condição de filho ilegítimo, pertencente a uma ordem religiosa (era Mestre de Avis) e por isso não podendo casar-se,¹² não era o candidato ideal para ser rei. A nova dinastia era marcada pela ilegitimidade. Daí a necessidade do cronista encarregado da memória do seu fundador de elaborar uma justificativa baseada principalmente nos sinais divinos expressos principalmente nas vitórias guerreiras para justificar o novo governo.

A *Crónica* mostra dois grandes grupos em conflito: os “grandes”, apoiantes de Castela e do domínio de seu rei sobre Portugal, conforme determinava a lei, e os “pequenos”, o grupo dos “verdadeiros portugueses”, apoiantes do Mestre de Avis, que estavam unidos pelo “interesse comunal” e não aceitavam o domínio estrangeiro. O cronista procura instituir um novo direito, não o tradicional Direito Consuetudinário, mas o Direito Natural, que levava os habitantes a apoiarem aquele que melhor governasse guiado por Deus, isto é, D. João.

Com a explosão de conflitos sociais após a morte de D. Fernando, o cronista apresenta os dois grupos protagonistas do seu relato:

Desta guisa que avees ouvido, se levamtarom os poboos em outros logares, seemdo gramde çisma e **divisom amtre os grandes e os pequenos.**/O quall, ajumtamento dos pequenos poboos, que sse estomçe assijumtava, chamavom naquell tempo **arraya meuda.** (LOPES, CDJ, I, Cap. XLIII, p. 86, grifos nossos).

Em oposição a esse último grupo, no mesmo capítulo, o cronista cita os “grandes”, os quais eles mesmos passaram a chamar os outros de “poboo do Mexias de Lixboa”: “Os gramdes aa primeira escarneçemdo dos pequenos, chamavõ-lhe **pobboo do Mexias de Lisboa**, que cuidavom que os avia de rremiir da sogeiçõ delRei de Castela.”

É importante analisar o termo Messias. Associado a Jesus Cristo no cristianismo, significa aquele que é o Filho de Deus e o Salvador da Humanidade, instaurando a nova Jerusalém na Terra no Juízo Final, através do seu reinado e de seus eleitos e a danação eterna dos maus no inferno.

A designação “Messias de Lisboa” cunhado por Fernão Lopes procura fazer uma analogia entre Cristo e D. João. Este último não é um ser divino, mas alguém escolhido por Deus para governar Portugal¹³ e que instauraria um novo período de felicidade, a *Sétima Idade*,¹⁴ conforme será visto adiante.

Fernão Lopes procura criar a imagem de uma nobreza tradicional, apoiante dos castelhanos, que só se preocupa com interesses materiais. Essa nobreza é classificada pelo cronista como cobiçosa e orgulhosa, seus membros como modelos reprováveis, enxertos tortos. Em oposição a ela estaria a “verdadeira nobreza” apoiante do Mestre, chamada por Fernão Lopes “mansa oliveira portuguesa”, representada pelo nobre secundogênito D. Nuno Álvares Pereira, que se mostra totalmente devotado ao Mestre de Avis, proporcionando várias vitórias bélicas ao futuro rei português, exemplo de bom católico e protetor dos fracos.¹⁵

Ao analisar o governo de D. João I, seu cronista Fernão Lopes afirmou que D. João representava o *novo*, isto é, o “amor à terra” e o desejo dos “naturais” ou a “arraia-miúda” em apoiar o reino e o Mestre de Avis contra o domínio de Castela, o que era contrário ao direito feudal vigente.

Mas não havia ainda um “sentimento nacional” dentro de Portugal à época de D. João I, tanto que a maior parte da nobreza apoiou o rei de Castela, uma vez que, segundo o Direito Consuetudinário, seguido pelos nobres, essa era a norma correta a ser adotada.

Vários autores explicitam que, de acordo com o direito vigente no período medieval, um senhor possuía plena possibilidade de suceder o outro na posse do patrimônio, isto é, o poder régio. Nesse sentido é que a nobreza senhorial portuguesa manteve-se fiel ao Direito tradicional e apoiou o rei de Castela. Do ponto de vista da nobreza, não havia traição ou felonía visto que em obras como o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* ou na *Crónica Geral de Espanha*, a nobreza hispânica é apresentada como uma nobreza única, com a mesma origem e irmanada pelo desejo de luta contra os mouros.

Assim, ficam claros os dois protagonistas coletivos da trama, o povo e seu Messias, de um lado, cujas ações meritórias do favor divino são construídas ao longo do relato, e os senhores portugueses aliados dos castelhanos, a quem o cronista vai condenar a todo momento. Esse é um dos principais eixos da argumentação, que justifica o Mestre através dos desígnios do Criador.

Um outro aspecto é que o cronista encobre a bastardia de D. João e não a menciona na crônica em nenhum momento. Assim, a bastardia é substituída no relato pelo fato de D. João ser “filho de rei”. Um episódio claro que procura reforçar esse fato é quando, após o assassinato do Conde Andeiro, apresentado na crônica como amante da rainha, o Mestre vai até ela justificar-se e pedir à regente que o perdoe.

A justificação para o perdão: era necessária aquela morte porque “ca eu este homem matei nom o fize por vos fazer nojo nem desomrra, mas fizeo por seguramça de minha vida”. Também pedia perdão não pela morte, mas “por ho eu matar em vossos Paaços”. (LOPES, CDJ, I, Cap XIII, p. 31).

A rainha não mostrou compreender as razões do Mestre, daí um dos acompanhantes emitir o seguinte parecer: “Que he isso, Senhora? Nom rrespomdees vos ao que vos diz ho Meestre? E nom lhe perdoaaes? [...] **vos lhe devees de perdoar, moormente pois he filho de Rei.**”

Esse episódio deixa clara a posição política do cronista, cuja função central é legitimar o novo monarca, mostrando sempre seus atributos positivos, sua ligação à nobreza por ser “filho de rei” e o esquecimento tácito de sua real condição de bastardo que aspirava ao poder.

Guerra e elementos messiânicos na *crónica de D. João I*

As vitórias de D. João nos conflitos armados foram fundamentais para a sua consolidação política. É importante mencionar como Fernão Lopes utilizou ideologicamente a simbologia religiosa do período em prol da legitimação da nova dinastia.

D. João é apresentado na sua crônica como o Messias de Lisboa, o exemplo de bom cristão capaz de salvar o reino português do domínio castelhano, o que garantiria, no futuro, também a salvação espiritual dos habitantes de Portugal. Já os castelhanos são associados ao mal, o que estava diretamente relacionado à maneira de se encarar a religiosidade no período em questão.

Assim, este estudo se insere no imaginário político, uma vez que as ações de D. João são explicadas por Fernão Lopes associadas à construção de representações acerca de idéias e imagens da sociedade medieval, bem como o uso dessas imagens para o fortalecimento de um grupo político, a Dinastia de Avis. Por esse motivo, o bastardo que se tornou monarca aparece como um salvador e um exemplo de bom cristão através da pena do cronista.

Le Goff ressalta que o estudo do imaginário está associado ao ideológico e ao simbólico¹⁶ e aponta às relações entre história e poder, salientando que o político muitas vezes é “uma província do sagrado”.¹⁷

O contexto religioso da época de D. João foi marcado pelo Cisma do Ocidente (1378-1417), com dois papas na Cristandade, em Roma

e em Avignon e, num curto período, ainda por um terceiro papa, em Pisa. Essa é uma época de crença nas idéias joaquimitas, de que o fim do mundo estava próximo e da esperança na vinda de um novo tempo.

Joaquim de Fiore foi um monge calabrés do século XII, que dividia o mundo em três idades: a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo. Para ele, a última Era estava próxima e seria implantada a Idade dos Monges, com a reunificação da Igreja, depois de um período de perseguições.¹⁸ Após a sua morte, os escritos de Joaquim foram condenados, mas, mesmo assim, secretamente admirados, o que acabou por dar origem a crenças milenaristas.

As idéias joaquimitas em Portugal eram aceitas por alguns grupos como os beguinos e franciscanos espirituais (que defendiam a pobreza de Cristo), os quais acreditavam na possível chegada de um rei salvador ou Imperador dos Últimos Dias. Esse seria aquele que combateria o Anticristo e iniciaria um novo tempo de felicidade na Terra, antes do derradeiro fim, o Juízo Final, quando Cristo retornasse para julgar os bons e maus, e o Paraíso fosse estabelecido.

Fernão Lopes apropriou-se dessas idéias, apresentando D. João como aquele que iria iniciar um novo tempo de felicidade antes do Juízo Final, chamado pelo cronista de “A Sétima Idade” e também o concebendo como uma espécie de rei salvador que combate o Anticristo, representado pelo mau cristão que deseja tomar Portugal, o rei de Castela.

A idéia de que D. João estabelece uma nova era e a associação com o rei de Castela, com as tribulações de Portugal e com o mal, podem ser associadas aos escritos cristãos proféticos, como as sibilinas cristãs, que já previam a luta de um Imperador dos Últimos Dias contra o Anticristo, escritos esses que se propagaram durante o período medieval.¹⁹

Os momentos de embate contra o Anticristo segundo as sibilinas cristãs são dois. Num primeiro momento, o Anticristo é derrotado, e um novo período de felicidade é estabelecido por um Imperador dos Últimos Dias, cujo reinado durava 112 anos ou menos. Depois haveria um novo confronto armado com a derrota definitiva do Anticristo.

Para Joaquim de Fiore haveria também o aparecimento de dois Anticristos, um identificado com o sexto rei anunciado no *Apocalipse de São João*, que dominaria durante um tempo, e outro, o *Ultimus Antichristus*, que viria na consumação dos séculos, antes da Idade do Espírito Santo.²⁰

Na crônica de D. João ocorrem dois combates principais: no primeiro, identificado com a Batalha de Atoleiros e o cerco de Lisboa em 1384, os castelhanos são derrotados não só pela luta, mas também pela peste enviada por Deus. Portanto, é possível ver pelo relato de Fernão Lopes, que houve um primeiro enfrentamento entre o Anticristo e as forças cristãs, representadas pelo chefe político escolhido por Deus, D. João. Um segundo e crucial embate vencido por Portugal é a Batalha de Aljubarrota (1385).

É importante perceber o uso feito pelo cronista da expectativa messiânica de alguns grupos da sociedade portuguesa e a apresentação de D. João como um representante da luta do Messias contra o Anticristo, o bem *versus* o mal.

Pelo fato de D. João apoiar o papa de Roma, tido pelo cronista como o papa legítimo, e de D. João de Castela apoiar o papa de Avignon, esse monarca será intitulado por Fernão Lopes “herético e cismático”, e suas ações, apresentadas como condenáveis.

Já as de D. João de Portugal terão a proteção de Deus, o que é demonstrado quando um homem de grande religiosidade e tido por santo, Frei da Barroca, tem uma iluminação divina, toma uma embarcação para Lisboa e vai a esse local, onde se mantém emparedado. As atitudes de Frei da Barroca como seu desapego ao corporal e a austeridade de sua vida simples, além dos milagres que realiza, aumentam o valor da sua autoridade religiosa.

O frei faz a previsão de que o Mestre de Avis e os seus seriam os reis de Portugal: “*Ca a Deos prazia de ell [D. João] seer rei e senhor dele [do reino de Portugal], e seus filhos depos sua morte*”. (LOPES, CDJ, I, Cap. XXIV, p. 49). Tal previsão de um religioso é, portanto, o primeiro indício da escolha divina de D. João I como rei de Portugal, o que fica reforçado também na crônica, segundo Fernão Lopes, com a postura do rei de apoiar o “bom” papa, o papa de Roma.

É importante destacar que durante o governo anterior, do rei D. Fernando (1367-1383), a posição do monarca foi dúbia, apoiando ora o papa de Avignon, ora o papa de Roma, no que não foi criticado pelo cronista quando esse escreveu a *Crónica de D. Fernando*, momento em que silencia sobre a questão da posição do soberano diante do papado.

Vai ser somente com D. João que o apoio ao papa de Roma será descrito pelo cronista como uma “qualidade” e uma “virtude” do rei de Portugal, em oposição ao rei de Castela. No governo de D. João I, Roma,

por ser a sede inicial do papado, é vista como local do “bom” papa, uma vez que tal associação servia aos interesses de fortalecimento do novo grupo que alçava o poder.

Já o papa de Avignon, que era apoiado por D. João de Castela, é descrito como o “antipapa, herético e cismático”, enfatizando assim a idéia de bem e mal associada aos reis e à sua posição diante dos papas da cristandade.

Nesse sentido, D. João de Castela, por apoiar o “antipapa” e pretender tornar-se rei de Portugal, é descrito pelo cronista como mau cristão, estando associado e personificando a imagem do Anticristo, isto é, aquele que vem destruir o reino de Deus e que na *Bíblia* pode ser representado por Satanás, por um dragão e/ou por um tirano.

Os termos *Anticristo* e *Messias* aparecem citados explicitamente na primeira parte da crônica de Fernão Lopes, respectivamente no capítulo 63, que fala do povo do “Mexias de Lisboa”, os “humildes”, e o 123, no qual o cronista explica que o motivo das lutas era a divisão entre os nobres porque Portugal

por nossos pecados he ora deviso em duas partes, de guisa que a viimda do Amtechristo, nom podia em ell fazer moor devisom do que ora esta terra esta; ca os Castellaãos som todos contra Portugall, e a moor parte dos Portugueses segumdo bem veedes. (LOPES, CDJ, I, Cap. CXXIII, p. 240, grifos nossos).

Segundo o pensamento medieval, Deus julgava quem merecia a vitória. Nada melhor para explicar a escolha divina do que o resultado excepcional dos combates contra Castela, uma vez que apesar do efetivo menor do Exército Português ele foi vencedor em Atoleiros e Aljubarrota.

Ao lado do combate político oferecido pela guerra, que Fernão Lopes associou a um “nascente sentimento de nacionalidade” nutrido pelos humildes e seus representantes (D. João e D. Nuno, seu comandante militar) uma imagem mais poderosa se apresentou: a guerra como uma luta do Bem, representado por D. João, um cristão modelar, apoiante do papa de Roma, contra o Mal, representado por D. João de Castela, representante do Anticristo e partidário do papa de Avignon. Dessa forma, havia não apenas um combate terreno, mas dois combates, sendo que o terreno expressava os antagonismos entre as potências celestes.

Durante a luta, não apenas portugueses e castelhanos combatiam, mas também os santos, como Santiago de Compostela pelo lado dos

castelhanos e S. Jorge pelos portugueses. Durante a Batalha de Atoleiros (1384), por exemplo, é mencionado que os castelhanos “damdo grandes vozes e allaridos, chamando *Castilha, Samtiago*” pegavam em armas para a peleja. Já os portugueses que participaram da batalha como “Nuno Alvarez e os da ssa parte, chamamdo *Portugal e sam Jorge*” (LOPES, CDJ, I, Cap. XCV, p. 181), os enfrentaram com igual convicção que o santo os auxiliaria.

O resultado dos combates estava diretamente associado, na visão do cronista, ao Juízo de Deus, motivo pelo qual os sucessos de D. João nas armas representaram não só a confirmação de seus atributos messiânicos, mas expressavam a vontade divina.

A Batalha de Atoleiros foi uma importante demonstração da vitória obtida pelos portugueses, na qual a cavalaria desordenada dos castelhanos foi vencida pelo quadrado a pé, estratégia utilizada por Nuno Álvares Pereira:

Como Nuno Alvarez foi em aquell logar, seemdo já certo que os Castellaãos viinham aa batalha, fez logo deçer pee todos los home½s darmas; e dessa pouca gemte que tiinha, comçertou suas batalhas da vanguarda, e rreguarda, e allas direita e ezquerda; e fez comçertar os beesteiros e home½s de pee pellas allas, omde emtemdeo que melhor estariam para bem pellejar. (LOPES, CDJ, I, Cap. XCV, p. 180).

Essa tática adotada pelo comandante militar atinge sucesso e é interpretada como o desejo de Deus: “Prougue a Deos de os Castellaãos seerem desbaratados.” Dentro desse desejo de proteção divina ao futuro regedor e futuro rei de Portugal, D. João, é que esse também é favorecido pelo cerco de Lisboa, realizado pelos castelhanos igualmente no ano de 1384, entre os meses de março a setembro.

De acordo com a lógica do cronista, por serem pecadores, os portugueses deveriam ser colocados à prova para ver se mereciam realmente a vitória contra os maus cristãos. A cidade de Lisboa é apresentada como possuindo analogias com o povo português e com a Virgem Maria, e espera ser salva por D. João.

Adquirindo características de personagem, a cidade deseja proteger seu filho D. João, o escolhido de Deus e sofre por ele.²¹ A cidade era “*vheuva de rei, teemdo entom o Meestre por seu deffemssor e esposo*”. (LOPES, CDJ, I, Cap. CLX, p. 343).

No dizer do cronista, analisando o fim do cerco, os moradores de Lisboa podiam ser considerados como mártires devido aos seus padecimentos, e a morte do nobre Rui Pereira é comparada ao sacrificio de Cristo para salvar a humanidade. (LOPES, CDJ, I, Cap. CXXXIII, p. 262-263). Além dele, todos aqueles que defenderam Lisboa foram classificados como mártires, apóstolos e discípulos enquanto os castelhanos eram intitulados “adoradores de ídolos”, “inimigos mortais” e “induzidos por Satanás”.²²

Entre os milagres que apontaram para a vitória dos portugueses, estão a aparição de homens com vestiduras alvas, isto é, *anjos* ao Exército português:

Christãos e Mouros que vellavom o muro da parte de Sam Vic¹/₂te de Fora, acerca domde he feita uma hia capela que chamam dos Mártires [...], que aa meã noite, vellamdo algis, virom vinte home¹/₂s vesem vestiduras alvas assi como sacerdotes; e quatro delles tragiã nas mãos quatro cirios acesos, e hiam e viinham em procçissõ emtrando demtro na egreja, e fallavõ muito baixo amtressi, como sse rrezassem alguimas horas. Os do muro quamdo virom aqesto, ficarõ muito espantados, e começaram de chamar os outros que oolhassem tã grande milagre, e supitamente desaparecerom. (LOPES, CDJ, I, Cap. CXI, p. 213, grifos nossos).

Completando a seqüência de milagres nessa passagem, os habitantes também viram *lumes acesos nas pontas das lanças* por cerca de uma hora e também caiu uma “chuva de cera” sobre os castelhanos. O povo em agradecimento fez procissão na Igreja dos Mártires e, como consequência, os castelhanos perderam os mantimentos de suas naus numa tempestade e fugiram numa das fases da luta.

Contraopondo-se ao grande e poderoso exército castelhano que impunha o cerco, segundo as expressões do cronista, os portugueses se defendiam com muitas lanças e armas que reluziam, além de bandeiras de S. Jorge, o santo guerreiro. O apoio a D. João vinha até mesmo por parte dos clérigos que pegavam em armas para defender o reino em favor do Mestre. (LOPES, CDJ, I, Cap. CXV, p. 224).

A maior parte dos homens e mulheres orava de joelhos e pedia a Deus chorando que os ajudasse. Segundo Fernão Lopes, as mães chegavam a ensinar aos filhos a rezar pela vitória de D. João e também se apelava para a Mãe de Deus e ao mártir S. Vicente. (LOPES, CDJ, I, Cap.

CXXXIII, p. 261). Todos esses elementos enfatizavam a piedade da população portuguesa e seu merecimento no relato de ser salva por Deus.

Num primeiro momento, os portugueses rezam a Deus e parece que suas preces não são atendidas. A fome é grande entre a população, conforme pode ser visto na citação do cronista das crianças famintas pedindo pão nas casas:

Andavom os moços de tres e de quatro anos, pedimdo pam pella cidade por amor de Deos, como lhes emsinavam suas madres; e muitos nom tiinham outra cousa que lhe dar senom lagrimas que com elles choravom que era triste cousa de veer; e se lhes davom tamanho pam come hia noz, aviamno por grande bem. (LOPES, CDJ, I, Cap. CLXVIII, p. 307, grifo nosso).

Numa resposta divina, uma peste é enviada somente ao Exército Castelhana, e o fato de Deus estar realmente ao lado dos portugueses, de acordo com Lopes, foi que, apesar da grande “*pestellemça*” e de serem colocados perto de castelhanos infectados, os prisioneiros portugueses não foram acometidos pela moléstia:

E os Castellaãos por vingamça e menemcoria, que lhe nom prestava, lamçavom os Portugueeses prisuneiros que tragiam, com os que eram doemtes de tramas por tall que morressem pestellemçados; e morriam os Castellaãos doemtes, e dos Portugueeses nehhui perecia, nem demtro na cidade que era tam preto do arreall, n¹/₂ fora em no termo. (LOPES, CDJ, I, Cap. CXLIX, p. 311, grifos nossos).

Mesmo ao misturar prisioneiros portugueses com os infectados, nada acontece e, por fim, pelo fato de a esposa do rei castelhano ser infectada, esse baixa o cerco, o que representa a vitória portuguesa nas tribulações e seu merecimento em ser salva pelo escolhido de Deus, D. João.

Esse é apresentado pelo cronista como seguidor do “Evangelho português”, sendo ele, assim como Nuno Álvares Pereira vistos como representantes do papa de Roma e que, por isso, defendiam o reino de seus inimigos. Para manter essa fé “espargiram seu sangue até a morte”. (LOPES, CDJ, I, Cap. CLIX, p. 340).

O *Evangelho português* prega uma sociedade mais justa na qual os humildes serão protegidos pelo rei, que garantirá a salvação aos

portugueses. Essa idéia foi inspirada pelo franciscanismo e por ideais de Joaquim de Fiore:

[...] diremos hui's poucos dos que ao Meestre foram companheiros em deffemder o rreino de seus ½migos. [...] O primeiro neesta ladainha seja o mui nobre NunAllvarez Pereira, gloria e louvor de todo seu linhagem, cuja claridade de bem servir, numca foi eclipsi nem perdeo seu lume. E nom soamente aimda NunAllvarez, mas per breve e sollaçosa comparaçom, elle e os de sua companhia, devem seer postos primeiro que outros. Porque **assi como o Filho de Deos depois da morte que tomou por salvar a humanall linhagem, madou pello mumdo os seus Apostollos preegar o evangelho a toda creatura;** por a quall rrazom som postos em começo da ladainha, **nomeamdo primeiro sam Pedro; assi o Meestre, depois que sse despos a morrer se comprisse, por salvaçom da terra que seus avoos gaanharom, emviou NunAllvarez e seus companheiros preegar pello rreino ho evangelho portuguees, o qual era que todos cressem e tevessem firme ho Papa Urbano seer verdadeiro pastor da egreja,** [fora cuja hobediencia nenhi' salvarse podia;] e com isto teer aquella cre½ça, que seus padres sempre teverom, comvem a saber: gastar os be½s e quamto aviam por **deffemder o rreino de seus emmiigos;** e como por **manter esta ffee espargerom seu sangue ataa morte.** (LOPES, CDJ, I, Cap. CLIX, p. 340, grifos nossos).

Portanto, assim como Cristo salva a humanidade dos seus pecados, o Mestre de Avis salva a população do papa ilegítimo e a afasta do “mal”, levando-a a se aproximar do “bem”, Deus. De acordo com o Evangelho português, D. João é comparado (no relato) a Cristo e D. Nuno, a São Pedro. O primeiro, Cristo, é o Salvador da humanidade, assim como D. João seria o salvador do reino de Portugal, e o segundo, São Pedro, associado a D. Nuno, é o fundador da primeira igreja e por isso identificado no texto com o papa de Roma e a manutenção da fé cristã.

As tribulações enfrentadas pela cidade de Lisboa, através da fome, da sede, da guerra e da peste (embora este último tormento só tenha atingido os castelhanos) poderiam significar um rápido estabelecimento da vitória do Anticristo na Terra, representado pelo papa de Avignon e seu apoiante D. João de Castela.

Porém a vitória do Mestre de Avis representada pelo descerco pode ser entendida como o estabelecimento de uma nova sociedade, um novo período de felicidade na Terra, governado por um rei escolhido de Deus (um Imperador dos Últimos Dias, que combate o Anticristo) até o reaparecimento do Salvador, o Filho de Deus, separando definitivamente os pecadores dos salvos no Juízo Final. Esse rei terreno pertencia, segundo a visão do cronista, também a uma dinastia eleita, a Dinastia de Avis.

Portanto, Fernão Lopes consegue o estabelecimento de uma imagem positiva para D. João e sua dinastia, ancorada na religiosidade e na idéia de que D. João representa o bem, o Cristianismo, o salvador de Portugal, aquele que estabelece um novo tempo, que o cronista intitula como a “Sétima Idade”, no qual elementos de categoria inferior seriam nobilitados. Além disso, seria iniciado também um período de justiça e de atendimento aos anseios dos “humildes”.

De acordo com o relato da crônica,

[...] fazemos aqui a **septima hidade; na qual se levamtou outro mundo novo, e nova geeraçom de gemtes**. Porque filhos dhome¹/₂s de tam baixa comdiçom que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavaleiros, chamadosse logo de novas linhage-es e apellidos. Outros se apegarom aas amtiigas fidallguas de que já nom era memória, de guisa que per dignidades e homrras e offiçios do rreino em que os este Senhor seemdo Meestre, e depois que foi Rei, pos, montarom tamto ao deamte, que seus deçendemtes oje em dia se chamam doões, e som theudos em gram conta. E assi como o **Filho de Deos** chamou os seus **Apostollos**, dizemdo que os faria pescadores dos home¹/₂s, assi muitos destes que o Meestre acreçemtou, pescarom tamtos pera si per seu gramde e homrroso estado, que taaes ouve hi que tragiam comthinuadamente comssigo viimte e trimta de cavallo; e na guerra que sse seguio os acompanhavom trezemtas e quatroçemtas lamças e algui’s fidallgos de linhagem. Assi que esta hidade que dizemos que sse começou nos feitos do Meestre, a quall pella era de César per que esta crônica he cõpillada, há agora seseemta annos que dura; e durara ataa fim dos segres ou quanto Deos quiser que as todas criou. (LOPES, CDJ, I, Cap. CLXIII, p. 350, grifos nossos).

Ao contrário de outros pensadores medievais como Santo Agostinho, Beda e Joaquim de Fiore, que vêem a sexta idade como um período de decadência próximo do fim dos tempos, o cronista apresenta a Sétima Idade como um “novo tempo” de felicidade na Terra.

Porém, é importante destacar que após o estabelecimento dessa dinastia no poder não se pretende uma mudança profunda nas estruturas sociais. O que se promete, vagamente, é a possibilidade de elementos de condição inferior serem nobilitados. De qualquer modo, o novo tempo proposto por Fernão Lopes e iniciado pela Dinastia de Avis irá durar até o fim dos tempos.

A seguir, o cronista atribui a uma autoridade religiosa, o franciscano frei Rodrigo de Cintra, a explicação dos acontecimentos do cerco. O frei faz comparações bíblicas e aponta que se os castelhanos tentassem investir outra vez contra Portugal sofreriam uma fragorosa derrota.

Para confirmar a ação de Deus, que havia mandado pestes para salvar seu povo, frei Rodrigo dá alguns exemplos bíblicos. Um deles é referente ao rei Ezequias quando Jerusalém foi cercada por Senaqueribe, rei de Assur, e Deus mandou matar 185 mil homens, através, provavelmente, de uma peste. Assim, Senaqueribe fugiu somente com dez homens com grande espanto e temor. (LOPES, CDJ, I, Cap. CLI, p. 317).

É importante observar que dentre os reis mencionados no *Livro dos Reis* bíblico apenas Ezequias e Josias mereceram a aprovação de Deus sem reserva, pois outros monarcas, embora louvados, não desapareceram com os “lugares altos”, como uma alusão ao paganismo. Ezequias é um modelo de bom rei e sobre ele a *Bíblia* afirma que

fez o que agrada aos olhos de Iahweh, imitando tudo o que fizera Davi, seu pai. Foi ele que aboliu os lugares altos, quebrou as estelas, derrubou os postes sagrados, e reduziu a pedaços a serpente de bronze que Moisés havia feito, pois os filhos de Israel até então ofereciam-lhe incenso; chamavam-na Noestã. [...] **Depois dele, não houve entre todos os reis de Judá quem se lhe pudesse comparar; e antes dele também não houve.**²³ (Grifos nossos.)

É importante observarmos os elementos sobre esse rei, os quais indicam modelos, que D. João, o escolhido de Deus, deveria seguir. Nesse modelo estaria a obediência a Deus e a perseguição aos seus

inimigos. Além disso, pode-se notar que assim como Ezequias foi protegido pela divindade, o mesmo aconteceu ao outro eleito de Deus, D. João.

Outros exemplos bíblicos apresentados por Frei Rodrigo são de Judite e a cidade de Betúlia, que sofreu o ataque do rei Olorfenes e o cerco a Samaria no tempo do profeta Eliseu. Em todos esses casos, Deus interferiu por seus eleitos.

Assim, ficam claros nos exemplos do cronista, o anjo da morte, a peste e a mão de Deus retirados de exemplos bíblicos e que protegeram a população portuguesa, que, de acordo com o pensamento do cronista, era merecedora da vitória. Esse primeiro sucesso militar representado pela Batalha de Atoleiros e pelo fim do cerco de Lisboa é, no entanto, parcial, uma vez que os castelhanos fariam outras incursões ao território português.

Portanto, a segunda investida do Exército castelhano pode ser vista como a segunda tentativa de domínio do Anticristo, que, segundo o *Apocalipse*, precederia o Juízo Final.

De acordo com o *Apocalipse*, os povos de Gog e Magog viriam junto com o Anticristo para preparar o seu advento. Pouco depois, porém, seriam derrotados pelos santos e mártires, e quarenta dias após a sua morte viria o Juízo Final e a Parusia.²⁴

O cronista convenientemente estabelece o período de felicidade com a época introduzida por D. João I. No entanto, após o estabelecimento do governo joanino, instaurando o início da Sétima Idade, não haveria nenhuma outra modificação social, pois o cronista não pretende um rompimento com a ordem estabelecida, mas justificar o novo grupo político que ascendeu ao poder, a Dinastia de Avis.

Nos escritos sibilinos cristãos também fica claro que após um período de felicidade estabelecido pelo Imperador dos Últimos Dias, identificado na crônica com D. João, haveria um retorno do Anticristo num novo combate, onde ocorreria sua derrota final.

Na segunda parte da crônica, quando D. João já tinha sido aclamado rei pelas Cortes de Coimbra, é contado o episódio que vai legitimar pelas armas a vitória portuguesa contra Castela: a Batalha de Aljubarrota (1385), que pode ser entendida como a segunda tentativa do Anticristo de invadir Portugal.

Antes do confronto em Aljubarrota, pode-se notar a preocupação de D. João na “diminuição” dos pecados dos habitantes de Portugal,

proibindo práticas pagãs, como adivinhações e leitura de sortes, entre outras, além de encomendar procissões, visando a agradar a Deus e receber o merecimento da vitória. (LOPES, CDJ, II, Cap. XL, p. 101). A proibição dessas práticas mostra a sua permanência no período em questão.

Teoricamente, segundo o relato, havia a impossibilidade de vencer a batalha pelo fato de o Exército português ser muito menor. Nos números exagerados de Fernão Lopes, os portugueses teriam 6.500 homens, enquanto os castelhanos, 30 mil. Já historiadores como Oliveira Marques afirmam que os castelhanos eram entre 17.500 e 19 mil homens, e os portugueses 7 mil.²⁵ Segundo a descrição do cronista, tudo no acampamento castelhano abundava: além dos homens, armamentos, bebidas, conservas, o que indicava pelos fatos que o rei de Castela tinha todas as possibilidades de vencer a batalha.

Mesmo assim, o monarca é mostrado com atitudes cruéis, como a de ter mandado decepar e cortar a língua de homens, mulheres e crianças e de ter ateado fogo a igrejas, como a de São Marcos, em Trancoso, fortes indícios de sua atitude de ser mau cristão e ligado ao Anticristo:

[...] el Rey de Castela desta vez entrou em ho Reyno ata que chegou a Leirea nnaõ çesou de usar de toda **crudade asy em hom¹/₂is como mulheres e moços pequenos, mamdamdolhe decepar as mãos e cortar as limguoas** e outras semelhantes crudades e isso mesmo **poer foguo a igreijas**, espeçialmente a de São Marcos, omde foy a **batalha de Tramcoso**²⁶ [...]. (LOPES, CDJ, II, Cap. XXVIII, p. 64, grifos nossos).

Essas atitudes de mau cristão enfatizam o motivo da posterior perda do Exército castelhano em Aljubarrota apesar da sua superioridade bélica. Também justificando a vitória portuguesa nessa batalha, Fernão Lopes enfatiza várias vezes que, apesar do maior número de homens e armas, o rei de Castela invadiu Portugal sem ter direito de fazê-lo, por não ter respeitado o Tratado de Salvaterra dos Magos, o qual previa que somente o seu descendente e da rainha D. Beatriz, filha do falecido D. Fernando, poderia ser o rei de Portugal. Tudo isso para indicar que a despeito da sua vantagem, a vontade divina acabaria por pender para o lado de Portugal. É bastante mencionada no texto a questão de que o “juízo de Deus” seria feito.

A crônica enfatiza ainda as rezas de cada um dos lados, os portugueses recebendo a comunhão pelo lado do papa Urbano de Roma (LOPES, CDJ, II, Cap. XL, p. 103) e os castelhanos pelo lado do papa de Avignon. Segundo o cronista:

E dois bispos que ali vinham e alguns frades pregadores outorgavam **indulgências da parte do Antipapa a todos os que contra os portugueses tomass¹/₂ armas ouu dess¹/₂ ajuuda** daquelo que tivess¹/₂ pera lhes fazer¹/₂ a guerra. (LOPES, CDJ, II, Cap. XLI, p. 104, grifo nosso).

Porém os portugueses fiavam-se na mãe de Deus. Pelo fato de a luta ocorrer na véspera da Assunção da Virgem Maria, os portugueses rezaram e fizeram jejum (LOPES, CDJ, II, Cap. XXXVII, p. 93), o que demonstrava a sua devoção e o merecimento da vitória.

A vitória nas armas que os portugueses tiveram representa, aos olhos do cronista, o próprio milagre e a confirmação de todos os fatos precedentes da eleição divina de D. João por Deus:

E semdo a batalha cada vez maior e muy ferida dambolas partes, prouve a Deus que a Deus que a bandeira de Castela foy derribada e o pemma da divisa com ela, e algis castelaos começaram de voltar atrás; os moços portugueses que tinnhaõ as bestas e muitos dos outros que eraõ com eles começaram altas vozes bradar e dizer: Ja fogem! Ja fogem! E os castelaos, por não fazer deles memtirosos, começaram cada vez de fogir mais. (LOPES, CDJ, II, Cap. XLI, p. 107).

Portanto, de acordo com a lógica da crônica, os castelhanos perdem a batalha por serem maus cristãos, cruéis e também covardes, pois passaram a fugir quando começaram a perder a peleja. Autores contemporâneos como Armindo de Sousa e Oliveira Marques explicam que os castelhanos foram perseguidos e massacrados após o fim da batalha. Segundo Fernão Lopes, ao constatar a derrota dos seus, D. João de Castela conclui que Deus o abandonou, o que está associado ao castigo divino contra o mau cristão.

Pensando na vitória não pelo lado da justificativa religiosa, mas pelo da estratégia portuguesa na luta, Oliveira Marques afirma que o sucesso militar português ocorreu porque o Exército castelhano estava desmotivado e acreditava que a vitória já era certa. Os castelhanos vinham cansados por vários dias de marcha e por um comando não tão eficiente, uma vez que D. João de Castela estava enfermo e precisou ser transportado. A batalha transcorreu em meio ao calor de um fim de tarde.

Quanto ao Exército português, estrategicamente se posicionou melhor no planalto, construiu uma paliçada defensiva e abriu fossos e outras paliçadas, impedindo o avanço da Cavalaria castelhana. Além disso, também contribuiu com a vitória o próprio desejo dos portugueses de vencer o combate, a organização dos homens de pé em alas à direita e à esquerda e o apoio de besteiros ingleses.

De qualquer modo, a batalha de Aljubarrota foi o marco capaz de consolidar a imagem de D. João como bom governante e “Rei da Boa Memória”, o que foi reforçado ainda por outro feito bélico: a Conquista de Ceuta (1415), levada a cabo pelos infantes D. Henrique e D. Pedro. Esse empreendimento pode ser visto como um meio de desviar o descontentamento da população com os problemas do reino.

Embora a manutenção do Império Português no Marrocos fosse custosa ao rei, esse emergiu perante Roma e a cristandade como um cruzado em luta contra os muçulmanos da região, o que era mais uma justificativa do seu poder.²⁷

Uma guerra que levou ainda mais recursos do reino e que não representou inicialmente lucros, mas o importante era a motivação. Sair de Portugal em busca do domínio da África, empreender uma nova cruzada contra os mouros e tentar indiretamente, através dessa conquista, atingir um dia a Terra Santa.

Dessa forma, os feitos bélicos de D. João como as batalhas de Atoleiros, Aljubarrota e a tomada de Ceuta confirmaram a figura de D. João como um rei poderoso nas armas e escolhido por Deus para governar.

Considerações finais

A atuação de Fernão Lopes, ao escrever a *Crónica de D. João I*, foi fundamental para a legitimação simbólica do primeiro monarca avisino, fortalecendo a imagem do “Rei da Boa Memória”. Através do cronista, o monarca foi apresentado como o Messias de Lisboa, defensor do Cristianismo e contrário ao Anticristo, representado por D. João de Castela, apoiante do papa de Avignon.

A utilização da violência, em especial da guerra, é ainda uma marca dos dias atuais, nos quais os conflitos bélicos são utilizados pelas potências econômicas para legitimar governos. Esses continuam a apontar para a necessidade da luta contra o “mal”, demonizando os inimigos e afirmando a necessidade da guerra como única possibilidade para conseguir a paz.

Para além dos efeitos positivos nas armas obtidos no governo de D. João I, principalmente nas batalhas de Atoleiros e Aljubarrota, houve a vitória simbólica dos escritos de Fernão Lopes consolidando a nova dinastia.

Mas é importante refletir um pouco mais sobre o governo joanino. Segundo Armindo de Sousa, nesse período, a inflação atingiu níveis nunca antes alcançados, a moeda se desvalorizou e houve aumento dos impostos, pois as sisas, imposto indireto municipal “foram apropriadas como se tratasse de direitos reais”.²⁸ Além disso, a guerra com Castela se prolongou. Houve uma trégua de três anos, a partir de 1387, mas a paz somente foi assinada em 1411.

Para Sousa, as queixas dos pequenos contra os abusos dos grandes não só continuaram como até mesmo recrudesceram, e nos anos de 1397-1398 houve reclamações dos nobres contra medidas adotadas pelo monarca, em especial a continuidade na cobrança das sisas, bem como a impossibilidade de possuírem vassalos próprios.²⁹ Daí a entrada de Portugal num novo empreendimento marítimo, a tomada de Ceuta, como forma de atrair as atenções e tensões dos nobres e de outros descontentes para fora do reino.

Assim, compreende-se que a narrativa do cronista criou elementos simbólicos capazes de legitimar o governo do primeiro monarca avisino, mas que não houve o Novo Tempo de felicidade prometido pelo cronista, uma vez que a condição das pessoas pobres não se modificou e houve continuidade da exploração dos poderosos sobre os “humildes”.

Coube então ao povo tão louvado por Fernão Lopes, a “arraia-miúda” ou os “naturais”, conformarem-se com a sua sorte já sob a nova dinastia

e esperar por um novo futuro somente após a morte, quando, de acordo com a ideologia cristã, seriam capazes de encontrar a verdadeira felicidade na Jerusalém celeste.

Notas

- ¹ Este artigo tem por base a pesquisa desenvolvida no Doutorado, que contou com bolsa do CNPq. ZIERER, A. M. S. *Parais; Escatologia e messianismo em Portugal à época de D. João I*. Niterói: UFF, 2004.
- ² FERNÃO LOPES. *Crónica de D. João I* (CDJ). Lisboa: Civilização, 1990, Cap. XLVIII, p. 98. v. 1.
- ³ Assim, na *Crónica de D. Fernando*, o cronista sugere que, segundo os mais sábios, D. Fernando havia agido por “sandice”. (FERNÃO LOPES. *Crónica de D. Fernando*. In: SARAIVA, António José. *As crônicas de Fernão Lopes*. Seleccionadas e transcritas em português moderno. Lisboa: Gradiva, 1997. p. 80) uma vez que desagradou a população ao se casar com uma dama cujo primeiro casamento foi anulado para que pudesse contrair matrimônio com o monarca. No leito de morte, D. Fernando aparece arrependido por seus pecados: “[...] creio que ele [Deus] me deu estes reinos para os manter em direito e justiça, e eu por **meus pecados** fiz de tal maneira que lhe darei deles muito má conta.” (SARAIVA, op. cit., p. 138, grifo nosso). Obviamente, as faltas desse rei, segundo Fernão Lopes, estão diretamente ligadas a um casamento que não era aprovado por muitos, de forma que o fato de não conseguir vencer as guerras contra Castela empreendidas no seu reinado foi diretamente associado à fraqueza pelo “mau casamento”.
- ⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1996. p. 529-530.
- ⁵ LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: ROMANO, Ruggier (Dir.). *Memória/História. Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, p. 13, 1989.
- ⁶ SOUZA, Armindo de. *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Lisboa: Estampa, s/d. p. 497. v. 2.
- ⁷ ACCORSI JÚNIOR, Paulo. *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: a prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*. 1977. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 1997. p. 103.
- ⁸ FERREIRA, Maria da Conceição. *Imagens dos reis na cronística medieval*. In: MORENO, Humberto Baquero (Coord.). *História de Portugal medieval*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. p. 17.
- ⁹ MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Minerva, 1988. p. 111.
- ¹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. Fernão Lopes. In: SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1976. p. 56-57.
- ¹¹ REBELO, Luis de Sousa. *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. p. 18-22.
- ¹² *Ibid.*, p. 53.

¹³ ZIERER, op. cit., p. 30-32.

¹⁴ Para Santo Agostinho, a cronologia cristã envolvia a identificação de diferentes períodos: *infantia* (da criação de Adão e Eva ao dilúvio), *pueritia* (do dilúvio a Abraão), *juventus* (de Davi ao exílio da Babilônia), *aetas senior* (do Exílio ao nascimento de Cristo) e *senectus* (de Cristo ao fim dos tempos). A sétima e última idade se localizaria além do tempo terreno. FRANCO JÚNIOR, Hilário. *O ano mil: tempo de medo ou esperança?* São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 35-36. Já para Fernão Lopes, o mundo não terminaria com a Sexta Idade, mas a essa se seguiria um novo período de felicidade.

¹⁵ Sobre os significados acerca da mansa oliveira e os enxertos tortos, relacionados à boa e má nobreza confira ACORSI JÚNIOR, op. cit., p. 102-132. Sobre Nuno Álvares como modelo de nobre ideal, ZIERER, op. cit., p. 183-202.

¹⁶ LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994. p. 11-12.

¹⁷ LE GOFF, Jacques. A história política continua a ser a espinha dorsal da História? In: _____. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994. p. 357.

¹⁸ DESROCHE, Henri. *Dicionário de messianismos e milenarismos*. São Paulo: Umesp, 2000. p. 269-270.

¹⁹ DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 32-36.

²⁰ Ibid., p. 44.

²¹ AMADO, Teresa. *Fernão Lopes, contador de história: sobre a crônica de D. João I*. Lisboa: Estampa, 1991. p. 37-40.

²² ZIERER, op. cit., p. 172.

²³ *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 1995. 2 Rs 18, 3-5.

²⁴ FRANCO JÚNIOR, op. cit., p. 44.

²⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 530.

²⁶ A Batalha de Trancoso ocorreu em junho de 1385 antes da Batalha de Aljubarrota, que se deu em agosto. Os portugueses venceram se posicionando num local alto e de difícil acesso, estratégia semelhante a que usaram em Aljubarrota.

²⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 543.

²⁸ SOUZA, Armindo de. *História de Portugal*, p. 497.

²⁹ MORENO, Humberto Baquero. *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval*. Lisboa: Presença, 1990. p. 13-17.

Referências

- ACCORSI JÚNIOR, Paulo. *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: a prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*. 1997. Dissertação (Mestrado) – UPE, Niterói, 1997.
- AMADO, Teresa. *Fernão Lopes, contador de história: sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa: Estampa, 1991.
- DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DESROCHE, Henri. *Dicionário de messianismos e milenarismos*. São Paulo: Umesp, 2000.
- FERNÃO LOPES. Crónica de D. Fernando. In: SARAIVA, António José. *As crônicas de Fernão Lopes*. Seleccionadas e transcritas em português moderno. Lisboa: Gradiva, 1997.
- FERNÃO LOPES. *Crónica de D. João I (CDJ)*. Lisboa: Civilização, 1990.
- FERREIRA, Maria da Conceição. Imagens dos reis na cronística medieval. In: MORENO, Humberto Baquero (Coord.). *História de Portugal medieval*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *O ano mil: tempo de medo ou esperança?* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Memória História. Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1996.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. Fernão Lopes. In: SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1976.
- MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Minerva, 1988.
- MORENO, Humberto Baquero. *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval*. Lisboa: Presença, 1990.
- REBELO, Luis de Sousa. *A concepção de poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- SOUZA, Armindo de. *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Lisboa: Estampa, s/d. v. 2.
- ZIERER, A. M. S. *Paraíso, escatologia e messianismo em Portugal à época de D. João I*. Niterói: UFF, 2004.